

20º Seminário de Diamantina – 2024

ÁREA 3: História Econômica, do Pensamento Econômico e História Demográfica.

Republicanism ou a Fundação do Liberalismo? As Interpretações de Donald Winch e Joseph Cropsey sobre a Economia Política de Adam Smith

Kalita Regina da Cruz - UFSC
Marcos Alves Valente - UFSC

RESUMO:

Adam Smith, historicamente associado à tradição liberal, teve suas ideias recontextualizadas no discurso político republicano. O artigo visa compreender qual autor, Cropsey ou Winch, possui a teoria mais convincente sobre as ideias de Smith e a relação delas com as tradições políticas — liberal ou republicana. A abordagem de Winch, que situa Smith em um contexto republicano, destaca-se pela abrangência e respaldo em estudos contemporâneos, influenciando novas análises também. Sendo assim, atende melhor os critérios de Bevir, proporcionando *insights* frutíferos de como pensar economia, política e moral de forma conjunta.

PALAVRAS-CHAVE:

Adam Smith; Republicanismo; Liberalismo; História das Ideias; História do Pensamento Econômico.

ABSTRACT:

Adam Smith, who is historically associated with the liberal tradition, had his ideas recontextualized in republican political discourse. The aim of this article is to clarify which author, Cropsey or Winch, presents the most convincing theory of Smith's ideas and their relationship to the political traditions — liberal or republican. Winch's approach is characterized by its scope and support in contemporary studies and also influences new analyses. Winch's interpretation, which places Smith's ideas in a republican context, best fulfills Bevir's criteria and offers fruitful insights into how to think about economics, politics, and moral together.

KEY-WORDS:

Adam Smith; Republicanism; Liberalism; History of Ideas; History of Economic Thought

JEL CODE: B12; B31.

1. INTRODUÇÃO

Recentemente comemorou-se 300 anos do nascimento de Adam Smith, esse que de acordo com Heilbroner (1996) “pintou o primeiro verdadeiro quadro da sociedade moderna e todo o mundo ocidental tornou-se o mundo de Adam Smith: sua visão tornou-se a receita para os olhos de gerações” (Heilbroner, 1996, p.42). O escocês nascido em Kirkcaldy é lembrado principalmente por suas ideias econômicas e tem seus pensamentos eternizados em duas principais obras: *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759); e *Riqueza das Nações* (1776). Smith escreveu sobre moral, política e economia. Seus trabalhos são bastante extensos, explicativos e descrevem um mundo em transformação. Muitos estudiosos resgatam as ideias de Smith ligando-o com tradições de pensamento político, conforme demonstra as revisões de Brown (1997) e Cerqueira (2005). Tradicionalmente o escocês é lido como um dos pais fundadores da tradição liberal. Porém, após o bicentenário da *Riqueza das Nações* (1976), diversos materiais sobre Adam Smith foram publicados pela Universidade de Glasgow (como: cartas, resenhas, rascunhos e anotações) e contribuíram para o surgimento de novas interpretações dos trabalhos de Smith. A década de 70 também é marcada por longos debates sobre novas abordagens para estudar a história das ideias. Destaca-se a *Escola de Cambridge* composta por nomes como Quentin Skinner (2002) e John Pocock (1975). A principal contribuição dessa escola de pensamento é de que para compreender de forma adequada as *intenções* dos autores do passado é preciso resgatar o contexto intelectual onde eles estavam inseridos. A preocupação é com o significado histórico das obras. No mesmo período também ocorreu o chamado *revival* republicano, movimento que resgatou a importância das ideias da tradição republicana ao longo da história e passou a inspirar resoluções dos problemas contemporâneos.

Tendo em vista estes acontecimentos, surgiram diferentes formas de interpretar Adam Smith, especialmente sobre o entrelaçamento da sua teoria moral, econômica e política. Essas abordagens são categorizadas em quatro grandes áreas por Brown (1997) e cinco por Cerqueira (2005). A primeira linha interpretativa, e historicamente predominante, defende basicamente que na *Riqueza das Nações*, Smith já continha pressupostos de um economista liberal. A segunda abordagem o vê como um “economista moral”, enquanto a terceira como um “filósofo moral” que tecia considerações de igual valor sobre moral política e economia. Além disso, definem que Smith ainda estava comprometido com alguns valores cívicos da antiga tradição republicana. A quarta abordagem destaca as ambiguidades presentes nas obras de Smith. Cerqueira (2005) acrescenta uma quinta categoria, composta principalmente por economistas, e que trata das ideias econômicas de Smith sem levar em conta suas concepções filosóficas.

Para este artigo as discussões da primeira e da terceira abordagem são essenciais, pois discutem as ideias de Smith tendo como pano de fundo as tradições de pensamento político — liberal e republicana. Entre os intelectuais que inserem Smith como um defensor do capitalismo liberal, onde as ideias políticas e morais do escocês se tornam subordinadas à economia e está implícita uma defesa de uma sociedade organizada totalmente pelos mercados e com a mínima interferência do Estado, de acordo com Brown (1997) e Cerqueira (2005), estão: Cropsey (1957, 1975, 1993); Meek (1956); Minowitz (1993); Caygill (1989); Guillory (1993) e Shapiro (1993). Aqueles que interpretam Smith como herdeiro de ideias difundidas pela tradição

republicana, como a preocupação com a manutenção das virtudes cívicas e morais dos indivíduos além de manter em vista a figura do legislador, são: Winch (1978, 1983, 1991); Muller (1995); Fitzgibbons (1995); Haakonssen (1981, 1996, 2006) e Evensky (1989, 1993).

Tendo em vista a discussão acima, o presente artigo pretende compreender qual dos autores, Joseph Cropsey ou Donald Winch, possui a teoria mais convincente sobre as ideias de Adam Smith e a relação delas com as tradições de pensamento político — liberal ou republicana. Para isso, além de destacar os argumentos centrais de cada um dos autores recorre-se aos ensinamentos de Bevir (2008) sobre a objetividade ao comparar teorias rivais na história das ideias. Essa tarefa é importante, pois Smith é utilizado como figura de autoridade para argumentações sobre natureza e comportamento humano em diversos campos do conhecimento, principalmente na economia, onde os modelos e premissas de comportamento humano são fundamentadas no indivíduo auto interessado smithiano. Portanto, compreender suas *intenções* pode nos oferecer *insights* frutíferos. Além disso, o escocês tece considerações sobre a economia, a política e a moral, essas áreas que são geralmente tratadas de forma distinta na contemporaneidade. Inclusive, nota-se que têm aparecido as discussões sobre o reencontro da moral com a economia, como por exemplo, nos trabalhos de Todorov (1992), Hirschman (1981), Giannetti (1990), Amartya Sen (2011). Em Smith, é possível encontrar boas pistas de como unir esses dois mundos e resgatar elementos da vida comum dos antigos para os modernos.

Para alcançar o objetivo proposto pelo artigo, o trabalho será composto além desta introdução por uma seção com uma breve apresentação das teses de Cropsey e Winch. Feito isso, destaca-se os principais ensinamento sobre objetividade de Bevir (2008). Em seguida, comparam-se as teorias rivais a partir da lógica da história das ideias de Bevir (2008). Por fim, conclui-se o trabalho elencando a importância da discussão do trabalho para as ciências econômicas.

2. AS DUAS FACES DE SMITH DESVENDADA S POR CROPSEY E WINCH

Cropsey (1957) defende que a ideia de natureza humana em Adam Smith é que nosso fim último é a preservação da vida¹, sendo as paixões naturais e não a razão o guia para tal fim. Cropsey (1957) observa que Smith concebe os humanos como iguais, onde a liberdade de contrato deveria ser respeitada e não houvesse tentativa de inibição das paixões naturais (a partir da filosofia e da religião) para que cada um buscasse pela melhoria da sua própria condição. Deste modo, Cropsey (1957) conclui que para Smith a melhor maneira de se possuir liberdade e alcançar o fim último que é a preservação da vida, é através das sociedades comerciais. Cropsey (1957) se atenta para as várias críticas que Smith faz para as sociedades comerciais, como o perigo de deterioração moral, intelectual, perda de liberdade e covardia, além das críticas das classes de comerciantes. De acordo com ele, essas críticas foram feitas por Smith em defesa da virtude, que nas sociedades comerciais foi substituída pela competição, sendo que tal troca não foi vista como bem-sucedida pelo filósofo escocês. No entanto, Cropsey (1957) argumenta que a filosofia moral de Smith permite a rejeição de uma sociedade guiada pela virtude em detrimento da guiada pelos laços comerciais. Isso decorre da

¹ Cropsey utiliza a TMS para essa conclusão, ver Cropsey (1957), p.2. Para conferir o trecho em português, consultar Smith (1999), p.108.

rejeição da moralidade provinda da religião e do poder absoluto do príncipe como princípios organizadores da sociedade. Cropsey (1957) diz que, ao rejeitar a benevolência, Smith tinha em mente uma sociedade guiada pelo princípio da justiça. Caso não fosse essa a intenção de Smith, ele não precisava ter negado a virtude como base da sociedade. Embora isso tivesse efeitos adversos era defensável, pois a civilização, que significava para o escocês uma sociedade livre e secular, só era possível onde o comércio imperava. Aliás, foi “o comércio, e não a convicção, a causa eficiente da libertação da Europa e justamente pela eficácia do comércio em gerar civilização que comércio e civilização passam a ser correlacionados e por conta desse poder que Smith defende esse tipo de sistema apesar de suas mazelas” (Cropsey, 1957, p.95).

Donald Winch (1978) propõe-se a fazer uma interpretação histórica das intenções de Smith. Para atingir esse objetivo, busca compreender as ideias do escocês baseando-se nas linguagens utilizadas nos debates políticos da época (a partir de Robbins (1959) e de Pocock (1975)), além de contrastar suas ideias, com os pares de Smith do iluminismo (Hutcheson, Montesquieu e Hume). Winch (1978) argumenta que a política de Smith não é trivial e muito menos possível caracterizá-la como liberal. Para atestar seu argumento, Winch (1978) recorre aos princípios irracionais que Smith destaca no comportamento humano, como por exemplo, quando fala sobre o autoengano ou não percepção de seus interesses. Essa visão difere drasticamente da interpretação usual do indivíduo auto interessado smithiano, que é base de muitos modelos principalmente nas ciências econômicas e políticas. Winch (1978) vai mais além e percebe que Smith concebia o ambiente social como relevante para formulação de interesses e a interdependência dos indivíduos. Também percebe que o termo interesse que possuía um significado amplo nas obras de Smith passa a ser restrito ao interesse puramente econômico nas interpretações tradicionais sobre o escocês². E destaca que Smith não descarta a figura do legislador como ator político³. Esse que, diferente do político (alguém que age de acordo com as flutuações e opiniões calorosas do momento) e do homem do sistema (quem pouco se importava com as opiniões e mudanças), age com base nas virtudes da prudência e autodomínio, escutando os clamores legítimos e compreendendo as limitações, sendo que “quando ele não pode estabelecer o certo, ele não desdenhará de melhorar o errado; mas, como Sólon, quando não consegue estabelecer o melhor sistema de leis, ele se esforçará para estabelecer o melhor que o povo possa suportar” (Smith, 1999, p.292). Winch (1978) argumenta que para Smith a moderação é uma característica importante tanto para o filósofo como para o político, principalmente quando ocorriam tumultos e desordem na sociedade, como foi o caso das revoltas na colônia americana⁴. O ponto de maior contribuição da obra de Winch (1978) é a captação do elemento cívico que circula em toda obra de Smith⁵. Como por exemplo, destaca-se o medo de que nas sociedades comerciais os indivíduos busquem apenas por interesses econômicos e se tornem apenas agentes econômicos em ambientes anônimos. Pois a partir disso as pessoas sofrem de deterioração moral, intelectual e cívica afetando não só suas próprias vidas, mas colocando em risco a vida em sociedade. Além disso, a percepção de Smith é semelhante à de Hume, pois concebe a política em maior medida como uma questão de leis e instituições do que virtudes.

² Sobre essas conclusões, ver Winch (1978), p.167.

³ Ver Winch (1978), p. 159, p.160, p.171, que conclui a partir de Smith, 1999, p.292 e Smith (1996), p.489.

⁴ Ver Winch (1978), p.171.

⁵ Ver Winch (1978), p.114, p.119, p.144, p.174.

3. A LÓGICA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS DE BEVIR

Para comparar as teorias rivais de Cropsey e Winch utilizamos os ensinamentos metodológicos de Bevir (2008), esse que “compreende que estudar a história das ideias é estudar a significação, portanto a cultura, de uma perspectiva histórica” (Bever, 2008, p.15). Bevir (2008) argumenta que se reconstituem as relíquias do passado e o seu significado, hermenêutico, que diz respeito à intencionalidade, de duas formas: (1) com as explicações sincrônicas, que nos ajudam a interpretar o sentido das crenças pessoais ao relacioná-las com as redes de crença mais amplas. Silva (2009) salienta que se pode fazer isso ao recorrer aos demais textos do autor estudado e ao se atentar às tradições de pensamento disponíveis para ele. Como Bevir (2008) é adepto do instrumentalismo individual, ele argumenta que as ideias de uma tradição podem influenciar, mas não são determinantes. (2) com as explicações diacrônicas estão relacionadas à ideia de acomodar os dilemas (crenças novas que questionam a teia de crença estabelecida) em uma rede de crença.

Bever (2008) oferece um caminho para quando existem teorias diversas e em disputa sobre as intenções dos autores do passado. O caminho é o da objetividade, não de forma extrema, pois não existem verdades dadas. Mas também não é completamente cético e relativo, porque torna o conhecimento irracional. Bever (2008) defende que “a objetividade na história das ideias repousa sobre uma combinação de concordância sobre certos fatos, um uso extensivo da crítica e uma comparação de visões rivais em relação a critérios claramente definidos” (Bever, 2008, p.107). Para fazer a comparação das teorias rivais a partir de fatos concordantes e conseguir alcançar a verdade por meio de uma aproximação, Bever (2008) defende que isso envolve a prática de honestidade intelectual e apresenta os critérios para a comparação, que são divididos em dois grupos. O primeiro corresponde aos aspectos sincrônicos, definindo a preferência por padrões estabelecidos de evidência e raciocínio estabelecidos, ou seja, teorias que sejam exatas (se apoiam em muitos fatos e com poucas exceções), abrangentes (as teorias devem buscar por muitos fatos e de diferentes áreas para se embasar) e consistentes (as teorias não devem ferir princípios lógicos, para que ela seja inteligível e minimizando as contradições). O segundo grupo de critérios (aspectos diacrônicos) nos ensina que devemos favorecer teorias que sejam especulativas e positivas quanto à sua progressividade (sugerirem novas previsões não associadas a ela anteriormente), fecundidade (as novas interpretações são apoiadas pelos fatos concordantes) e abertura (são teorias claras para facilitar a crítica).

Bever (2008) destaca que é impossível chegar a uma teoria perfeita, pois se trata de uma prática humana, e “a rede de teorias que selecionamos será aquela que melhor atende aos nossos critérios, e não aquela que constitui a verdade” (Bever, 2008, p.136). A seguir apresenta-se a comparação das teorias rivais de Cropsey e Winch, primeiro a partir dos critérios sincrônicos e depois dos critérios diacrônicos.

4. COMPARAÇÃO DAS INTERPRETAÇÕES DE CROPSEY E WINCH A PARTIR DOS CRITÉRIOS SINCRÔNICOS

Bever (2008) salienta que a comparação de teorias rivais deve partir de fatos concordantes. Destaca-se que o que permite a comparação das teorias de Cropsey e Winch é de certa forma a superação do *Das Smith's problem* e o entendimento de que as

obras de Smith estão interligadas. O que diferencia muito marcadamente é a maneira de explicar essa junção e a aproximação de Smith com as tradições de pensamento político.

Relacionar os autores do passado e suas obras com as tradições de pensamento vigentes no tempo em que escreveram é um passo importante para a interpretação das ideias desses. Cropsey (1957) liga Smith com a tradição liberal e interpreta que as opiniões políticas e morais do escocês tornam-se subordinadas à economia, tendo uma visão de laços sociais totalmente pautados em tons utilitários de mercado. Cropsey (1957) defende que Smith, mesmo percebendo as problemáticas envolvidas nas sociedades comerciais, se posiciona a favor delas, pois é a única maneira de se conseguir liberdade civil e eclesiástica.

É compreensível a maneira como Cropsey interpreta Smith, pois na década de 1950, quando escreveu e publicou o livro, era consenso entre os acadêmicos que o liberalismo era uma tradição nascida em Locke, que tomou um teor econômico em Smith, tons utilitários com Bentham e Mill e se tornou a ideologia constituinte do mundo ocidental⁶. Os estudos que questionam de forma mais enfática a tese de que a tradição liberal é tão longa e ampla apareceram na década de 1970⁷. Porém, Cropsey continua a escrever sobre o tema sem incorporar as descobertas desse pano de fundo que sofreu alterações. Dessa forma percebe-se que é difícil conciliar a visão de um Smith totalmente liberal, conforme defesa de Cropsey, com o andamento do debate que demonstra, a partir de Bell (2014), uma formulação mais consciente do liberalismo nas mentes do século XIX.

Cropsey (1957, 1975, 1993) argumenta que Smith é influenciado em sua forma de pensar principalmente por Locke, Hobbes. Porém, existem vários pontos cruciais que distanciam os autores em questão. No caso de Locke e Hobbes, a negação de um contrato social racional, o estado de natureza possuem implicações na forma de pensar a política e sociedade, onde sub racionalidades estão colocadas e a autoridade muitas vezes advém de sentimentos naturais. A visão de natureza humana proveniente de Hobbes com um egoísmo preponderante não aparece nos escritos do escocês⁸.

Winch (1978) é mais exato e abrangente ao adotar uma metodologia contextualista e relacionar os escritos de Smith com as linguagens de discurso político que existiam na época do iluminismo escocês. O autor faz paralelos interessantes entre Smith e Hutcheson, Hume e Montesquieu, que eram figuras com influência documentada sobre Smith. Dessa forma Winch (1978) possui uma interpretação bastante compatível com a metodologia da história das ideias desenvolvidas por Bevir (2008)⁹. Mas a questão da metodologia utilizada por Winch pode ser tanto uma fortaleza quanto uma falha, principalmente ao não abrir tanto espaço para os leitores de Smith que ao longo do tempo o enquadraram como um defensor do *laissez faire*¹⁰.

Um recurso explicativo utilizado pelos membros do iluminismo escocês era a teoria de uma ordem espontânea social advinda das ações individuais¹¹. A interpretação de Cropsey incorpora essa teoria com mais facilidade, pois percebe que Smith discorre sobre a imperfeição humana e da natureza ao mesmo tempo em que defende que ela nos

⁶ Essa ideia fica bem clara em Cropsey (1975). Sobre o contexto da narrativa liberal, ver Bell (2014).

⁷ Dunn (1982), Pocock (1975), Bell (2014), Bailyn (2017).

⁸ Sobre a negação do contrato social ver Cerqueira (2006). Sobre as críticas à Hobbes ver Smith (1999), p.395, Smith (1996), p.88. Sobre as críticas à Locke ver Ver Winch (1978), p.54 e Smith (1978), p.207.

⁹ Bevir (2008), p.255; Winch (1978), p.5 e p.33-34.

¹⁰ Sobre as diferentes leituras de Smith, ver Cerqueira (2005).

¹¹ Ver Hamowy (1987).

impulsiona para buscar preservação da vida, que é o fim último. Mas existe aqui um inconveniente: o próprio Cropsey (1957) reconhece que Smith pensa para além do natural e diz que os humanos concebem outros fins como boa vida, como por exemplo, os valores do liberalismo¹². Além disso, percebe-se, e o próprio Smith assim o faz, que nem sempre as sociedades guiadas por esses valores e pautadas em comércio conseguem um resultado harmonioso. Winch (1978) consegue trabalhar tanto com a visão smithiana de importância das ações individuais, mas destaca os textos que demonstram que deixar tudo sendo guiado por uma mão invisível pode trazer problemas, como por exemplo, a perda das virtudes morais e intelectuais. Sendo assim, explicita que Smith não descarta ações do governo e a figura do legislador para que se alcance resultados positivos na sociedade.

Duas tradições de pensamento político importantes estavam disponíveis durante o iluminismo escocês: jurisprudência natural e humanismo cívico. Cropsey (1957) afirma que Smith segue o pensamento de Hobbes, embora se reconheça como discípulo de Grotius e faça inúmeras críticas a forma como Hobbes pensa o humano egoísta e sociedade de guerra de todos contra todos. Percebe-se então que existe aqui um problema de inexatidão e de abrangência na interpretação de Cropsey por conta da visão mais complexa sobre natureza humana proveniente de Smith¹³. Winch (1978), por sua vez, reconhece a influência da jurisprudência natural de Grotius e Pufendorf em Smith, principalmente quando faz um paralelo entre Hutcheson e Smith¹⁴. Winch (1978) aponta as diferenças de Smith com os ensinamentos da jurisprudência natural, como por exemplo: negação de contrato social, racionalidade humana, autoridade via razão e estado de natureza, conclusões alcançadas de forma empírica e por falta evidências históricas. Smith também diferencia entre direitos naturais e adquiridos nas *Palestras sobre Jurisprudência*¹⁵. Discorre ainda sobre os princípios que deram origem ao governo, antes da jurisprudência privada, isso que para Winch “ênfatiza a ruptura com a teoria do contrato social e minar a maior parte da ênfase normativa e libertária do endosso de Hutcheson à versão de Locke dessa teoria” (Winch, 1978, p.52). De modo geral existe um problema de abrangência na interpretação de Winch sobre essa temática que é a pouca atenção à ideia de natureza humana de Smith.

O humanismo cívico mobilizava debates como o da profissionalização do exército e deterioração moral e cívica. Cropsey é sucinto ao defender que Smith foi um apoiador da profissionalização do exército¹⁶. Quanto ao tema de liberdade e corrupção, Cropsey interpreta que Smith pode ser visto como um defensor do capitalismo liberal mesmo com as passagens enfatizando os problemas dessas sociedades, pois apesar das mazelas, foi a única forma possível vista por ele para alcançar liberdade civil e eclesiástica. Na visão de Cropsey, a política de Smith era de economicismo predominante. A leitura de Winch (1978) sobre tais temáticas é um tanto mais complexa. Winch (1978) demonstra outro lado da argumentação de Smith acerca da profissionalização do exército, pois apesar de ver a importância de um exército permanente nas sociedades modernas, ele não descarta o uso das milícias, apenas para manter as virtudes cívicas e morais dos indivíduos intactas. Winch (1978) enfatiza que Smith concebe o comércio como importante para o progresso social, mas se preocupa com os problemas advindos dela, advogando pela educação para que se consiga manter

¹² Ver Cropsey (1957), p.96.

¹³ Smith (1999), p.22, p.107, p.143.

¹⁴ Winch (1978) p.40-p.69.

¹⁵ Smith (1976), p.401

¹⁶ Cropsey 1957 p.67, p.90 e p.97.

os humanos com plenas capacidades intelectuais e moral — essenciais para que continuem se relacionando socialmente com um espectador imparcial e capacidade de imaginação e simpatia bem acuradas.

4.1. Qual a natureza humana do indivíduo Smithiano?

A leitura dos autores em questão, Cropsey e Winch, também difere quanto à concepção da natureza humana difundida por Smith. Cropsey (1978) percebe que existe uma pluralidade de sentimentos nos humanos descritos por Smith, com traços que vão desde o egoísmo até a mais alta benevolência. Ao destacar a visão de que Smith é um defensor do capitalismo, o foco de Cropsey passa a ser os sentimentos auto interessados, excluindo as demais facetas dos indivíduos. Cropsey (1978) trabalha com a ideia de que a educação moral é antinatural¹⁷, não percebe que o próprio direcionamento de vaidade é um tipo de educação e não está em conflito com a ideia de natureza humana de Smith, o que seria impossível é a total benevolência, por exemplo. Smith deixa claro que não é adepto da concepção de que o sentimento humano predominante é egoísmo, inclusive critica Hobbes e Mandeville nesse sentido. Winch (1978), por outro lado, trabalha de forma mais abrangente com a visão de Smith sobre os sentimentos humanos, pois não descarta que existem inúmeros casos que o auto interesse fala mais alto, mas ao mesmo tempo percebe que Smith é preocupado com deixar os laços sociais nas mãos apenas desses sentimentos, preocupa-se com a manutenção das virtudes intelectuais, morais (que considera os indivíduos como seres sociais e precisam da aprovação dos seus pares para que uma ação seja considerada correta) e cívica. Inclusive em vários momentos Smith prescreve educação, participação em milícias de cidadãos, religião e divertimento público para que se retarde a corrupção (pensar apenas em si mesmo seria uma delas)¹⁸. Inclusive a leitura de Winch parte de um entendimento que caso os humanos passassem a viver sem nenhum exercício de virtude e apenas preocupados com ganhos próprios e se relacionasse apenas por utilidade a sociedade poderia ruir, e os governos, que são essenciais para ordem social, seriam duramente afetados, principalmente aqueles participativos que necessitam da opinião favorável dos seus cidadãos¹⁹.

4.2. Como Smith revisita o esquema de virtudes cardinais?

As virtudes cardinais em Smith são: autodomínio, prudência, benevolência e justiça. A discordância maior sobre o tema é a respeito da justiça e benevolência. Winch (1978) e Cropsey (1957) concordam sobre a primordialidade da justiça para a sociedade. Winch (1978) vai além e percebe que no relato de Smith não só o surgimento do comércio ocasionou um melhoramento da justiça²⁰, mas também que uma sociedade comercial é muito mais dependente de um sistema de justiça refinado, afinal, laços que unem as pessoas são mais utilitários e sem um afeto mútuo. Sobre a benevolência, Cropsey (1957) enfatiza que essa foi recusada como regulador social por Smith²¹, pois é

¹⁷ Cropsey 1957, p.25 a partir de Smith (1999), p.389.

¹⁸ Winch (1978) p.106, p.111, 114, 115, 170.

¹⁹ Winch (1978), p. 169, p.174.

²⁰ Principalmente através da corrosão, os poderes arbitrários dos senhores de terra por conta dos gastos em luxo e o estabelecimento de um sistema mais imparcial de justiça e, no mundo moderno, a separação dos poderes, principalmente executivo e judicial, nos termos de Montesquieu.

²¹ Cropsey (1957), p.32 citando a passagem da *Riqueza das Nações* que não é da benevolência do açougueiro e o trecho da TSM sobre a benevolência ser o ornamento da vida política e justiça a base.

inibidora do alcançar o fim natural (preservação da vida)²². Winch (1978) está de acordo com a visão de que em Smith a benevolência parece ser concebida como mais frágil do que a justiça, a maquinaria institucional e relações de mercado. Mas essa forma de pensar não é exclusiva da tradição liberal, e já tinha seus adeptos na antiga tradição republicana, como Maquiavel e Harrington²³. Porém, diferente de Cropsey, Winch (1978) defende que Smith não tem a intenção de descartar a benevolência e as virtudes da vida comum, inclusive é um ponto central da personalidade dos legisladores²⁴, ao defender a necessidade de educação pública, exercício de virtudes marciais e religiosidade de forma moderada para que os indivíduos possuam suas capacidades intelectuais e morais de relacionamento social preservadas. Winch (1978) defende que Smith possuía em sua teoria uma dimensão de *homo civicus*, como exemplificado pela preocupação de manutenção moral e intelectual dos indivíduos. Em resumo, Winch (1978) reconhece que Smith tem simpatia pelo sistema de liberdades naturais, e a benevolência não é vista como base da vida social, porém ao mesmo tempo reconhece que esse sistema competitivo e livre dificilmente vai ser possível e a figura do legislador é necessária para trazer soluções aceitáveis para o público.

Conclui-se que Cropsey (1957) se concentra apenas nos trechos sobre a menor importância da benevolência para guiar a sociedade em detrimento da guiada pelo comércio e os benefícios que advêm com essa mudança — liberdade, menor dominação e progresso. Ao fazer isso deixa de lado partes em que Smith se debruça sobre a importância da benevolência para a vida comum, sobre a necessidade de manutenção das virtudes morais, intelectuais e marciais, que sofrem deteriorações em sociedades comerciais composta por atividades repetitivas e unida por laços exclusivamente utilitários. Olhando as obras de Smith de forma conjunta, pode-se defender que não é um caso de exclusão da benevolência e das virtudes do convívio social, mas sim, uma mudança na forma como ela se manifesta. Nesse sentido, mesmo que Winch (1978) falhe ao não salientar as questões morais dos escritos de Smith, ele consegue nos oferecer um relato mais abrangente, consistente e exato das ideias de Smith ao lidar com a importância da justiça e da benevolência coexistentes na obra do filósofo escocês.

4.3. Comércio gera liberdade na concepção de Smith?

Os autores analisados concordam que Smith percebe uma ligação positiva entre comércio e liberdade. Porém existem divergências sobre o assunto, como por exemplo, o próprio entendimento do significado de liberdade. Cropsey (1957) trabalha com o termo liberdade de contrato, que tem tons negativos, de preservação de liberdade para troca e garantia de propriedade. Cropsey (1993) argumenta que a liberdade para Smith tem o mesmo significado que para “Locke, para Aristóteles e para a vasta tradição da filosofia política: a condição dos homens que estão sob a tutela de governantes autorizados que respeitam as pessoas e as propriedades de seus governados, tendo este último aceitado o arranjo de uma forma ou de outra” (Cropsey, 1993, p.613). Além disso, “Smith não teve dificuldade em conceber o homem livre, apesar de este estar submetido à natureza e sujeito às formas do direito que garantem a sua liberdade externa, mas dificilmente aspirariam ser à base da sua emancipação interna em relação a essa mesma natureza” (Cropsey, 1993, p.614).

²² Cropsey (1957), p.33.

²³ Ver caso de Maquiavel em Silva (2010) e de Harrington em Hammersley (2020), p.86.

²⁴ Winch (1978, p.159 a partir de Smith (1996), p.489.

Percebe-se que existe na argumentação de Cropsey (1957) uma dicotomia entre liberdade tomada em um sentido negativo (e relacionado apenas aos liberais) e a liberdade no sentido participativo e em busca de virtude. Essa forma de pensar de Cropsey pode ser contestada a partir de Silva (2008), que demonstra a relação entre leis e liberdade em autores e nas tradições de pensamento político. Por exemplo, em Locke, as leis não são vistas como limitadoras da liberdade, diferente do que acontece na tradição liberal que se formou a partir do século XIX. Então, ao fazer essa correlação, entre a forma de Locke conceder liberdade, Smith ser um herdeiro desse pensamento com o liberalismo enfrenta algumas dificuldades de exatidão e consistência. No decorrer de sua argumentação sobre a defesa das sociedades comerciais por Smith em favor da liberdade civil e eclesiástica, Cropsey parece tomar o sentido de liberdade de uma forma mais contemporânea, no sentido de liberdades democráticas²⁵. De maneira geral, Cropsey defende que Smith percebe que nas sociedades comerciais guiadas pela competição em vez da virtude, as limitações morais e antinaturais impostas pela religião, ensinamentos morais e poder dos governantes se deterioram, e dessa forma os indivíduos podem viver de forma livre a buscar o fim último que é a preservação da vida e que já somos condicionados naturalmente a buscá-la via nossas paixões.

Winch (1978) ao tratar sobre o tema liberdade se embasa em Forbes (1975). Ele argumenta que liberdade para Smith significava segurança sob a lei, algo mais amplo que direitos políticos democráticos sendo que “a liberdade pessoal, vista como a administração regular e imparcial da justiça e a segurança de propriedade e contratos, eram compatíveis com muitas formas diferentes de governo, exceto aquelas que eram puramente despóticas e arbitrarias” (Winch, 1978, p.40). O historiador discorda da visão de Cropsey, que em sua tese vê o comércio como gerador de liberdade não só no sentido da lei, mas também de liberdades democráticas. Inclusive quando trata sobre o tema, destaca-se que Smith deixou em várias passagens uma opinião não muito favorável a capacidade das pessoas comuns conseguirem compreender seus interesses, e “Cropsey não evita, de fato, essa evidência de falta de compreensão, nem seu argumento exige que a liberdade seja confiada a esses soldados fracos e crítica que isso pode ser fruto de uma visão em que valores contemporâneos se sobressaem ao lermos textos do passado, quando essas questões não estavam postas” (Winch, 1978, p.85). Além disso, um questionamento ressoa: se tudo tem resolução pelos laços de justiça e utilidade, qual seria o motivo da preocupação de Smith em relação à manutenção das capacidades morais e intelectuais dos indivíduos, que poderia ser afetada pelo comércio.

Winch (1978) percebe que Smith tinha uma preferência pelo sistema de liberdades naturais, pois quando o escocês fala sobre a divisão do trabalho, tanto nas *Palestras Sobre Jurisprudência* como na *Riqueza das Nações*, retrata que o avanço da civilização e do comércio propicia uma melhoria no padrão de vida das classes mais baixas, e o aumento da produtividade. Mas estes benefícios, por si só, não fazem da sociedade comercial uma sociedade harmoniosa/justa. Winch (1978) também observa que Smith se preocupa com os problemas ocasionados pelo trabalho repetitivo e as pessoas vivendo em sociedade apenas pelos laços de mercado. Inclusive ao fazer sua análise Smith percebe que não só a justiça obteve melhorias com o avanço do comércio, mas que esse tipo de sociedade é mais dependente da justiça, já que suas reações são mais pautadas pela utilidade e troca. Inclusive ao analisar a relação recíproca entre comércio e liberdade, Winch (1978) resgata o relato do progresso social das *Palestras Sobre Jurisprudência*, onde descreve que foi possível o florescimento do comércio na

²⁵ Cropsey, 1957, p.68-70. Cropsey, 1993, p.609.

cidade, pois os soberanos estavam dispostos a conceder certos privilégios para os moradores desse espaço para enfraquecer os senhores do campo²⁶. Dessa forma, Winch (1978) conclui que em Smith, diferente da interpretação padrão, as instituições humanas importam e influenciam o processo histórico da sociedade para além das forças econômicas e naturais, pois “se o campo não tivesse sido mal-governado e se as cidades não tivessem recebido privilégios especiais da Coroa, a 'ordem natural das coisas' teria levado à melhoria na agricultura antes do desenvolvimento do comércio estrangeiro” (Winch, 1978, p.77). Ao conceber mais elementos na construção do modelo que mede a relação entre comércio e liberdade, o relato de Winch parece mais abrangente, exato e consistente do que o de Cropsey, que enfrenta problemas com o próprio conceito de liberdade e apenas analisa uma parte dessa relação.

Como unir os elogios (aumento de produtividade, liberdade e bem-estar material geral) e as críticas (deterioração moral e intelectual dos indivíduos, críticas aos mercantilistas e comerciantes, ao espírito de monopólio) que Smith faz para as sociedades comerciais? A tese de Cropsey (1957) é de que Smith se coloca a favor das sociedades comerciais e é um dos primeiros defensores do capitalismo liberal, pois nessas sociedades é possível alcançar o fim natural de preservação da vida sem sofrer com inibições da religião, da moralidade e dos governos. Além disso, como os humanos criam a ideia de uma boa vida, um fim artificial como a liberdade civil e eclesiástica, é compatível com o fim natural, sendo só possível tê-los em uma sociedade guiada pela competição e por laços utilitários de mercado e não em nome da virtude. Já Winch (1978) interpreta que Smith não estava fazendo uma defesa desse tipo de sociedade, mas sim como filósofo, analisando os benefícios e problemas dessas transformações e buscava por soluções para os possíveis problemas de deterioração moral intelectual e cívica dos indivíduos, discursando em favor da educação, exercício das virtudes marciais e divertimento público. Winch (1978) discorda que em Smith havia um discurso de deixar tudo ser levado pela “mão invisível”. Muitas das coisas assim se resolviam, por barganha, por competição, pelas paixões naturais dos humanos. Mas nem tudo, pois os sentimentos humanos na concepção de Smith eram diversos (benevolência, egoísmo fazem parte da natureza dos indivíduos, influência de uns sobre os outros, ambição), e com isso muitos problemas e tumultos poderiam surgir, sendo necessárias ações provenientes do governo, da educação, e do legislador benevolente.

Os autores destacam os remédios oferecidos por Smith para as mazelas das sociedades comerciais: educação pública para que o conhecimento e boas práticas sejam instaurados na sociedade além de que a ciência serve como antídoto para superstições e crenças religiosas perigosas para ordem pública; religião de forma moderada e dividida em várias seitas que deveriam competir pelos fiéis, pois assim teriam o papel de inserir as pessoas em uma comunidade onde suas ações seriam visualizadas pelos seus pares e dessa forma manter o julgamento moral; divertimento público para que a melancolia das religiões não tomem proporções indesejáveis. Para Winch (1978), os remédios são pensados a partir do conhecimento do mundo antigo - Roma e Grécia - e as atividades tinham como objetivo humanizar a mente e exercitar as virtudes. Para o autor, ao fazer isso, Smith esclareceu seus propósitos cívicos. Manter as faculdades morais, intelectuais e marciais dos indivíduos é importante, pois se assim não o faz são ‘mais desprezíveis do que um covarde, e parece estar mutilado e deformado em um ponto ainda mais essencial do caráter da natureza humana’ (Smith, 1999b, p.249).

²⁶ Winch (1978), p.77.

Cropsey (1957), por outro lado, dá a entender que os remédios oferecidos para a deterioração moral e intelectual dos cidadãos é uma *mea culpa* na obra de Smith. Pois apesar de perceber os problemas das sociedades comerciais não parece que as soluções oferecidas resolveriam, sendo “tudo que Smith pode dizer, é que esses problemas merecem atenção do governo”²⁷. Essa ideia fica esclarecida no seguinte trecho:

Sua convicção quanto à insolubilidade prática do problema da vida é atestada por sua proposta de que a defesa da sociedade seja confiada às mãos de um exército permanente de soldados profissionais. É depois de tudo o que foi dito sobre a educação popular, "a mesma coisa" (ou seja, que ainda mereceria a atenção mais séria do governo) pode ser dito sobre a grossa ignorância e estupidez que, em uma sociedade civilizada, parecem tão frequentemente entorpecer o entendimento de todas as classes inferiores do povo (Cropsey, 1957, p.90).

A interpretação de Cropsey (1957) apresenta problemas de exatidão ao não tratar como crenças sinceras as várias passagens que Smith descreve os problemas das sociedades comerciais e prescreve remédios. Dadas a insistência nos problemas das sociedades comerciais desde as *Palestras sobre a Jurisprudência* e compreendendo que remédios para tais mazelas que Smith oferece são compatíveis com crenças comuns da época a fim de manter as virtudes cívicas, morais e intelectuais dos cidadãos saudáveis, dificilmente pode se afirmar que o escocês inseriu em seus escritos apenas como um *mea culpa*. Além disso, a passagem utilizada por Cropsey (1957) como evidência de que Smith não acreditava ser possível reverter às deteriorações das sociedades modernas causadas aos indivíduos é alvo de disputa. Winch (1978) apresenta uma nova provisão sobre e diz que o que de fato importava para Smith era quem dominava o exército profissional (seus interesses devem concordar com o bem da nação) para que ele continue a manter as funções que tinham no mundo antigo. Winch defende que para as sociedades modernas o exército permanente era a melhor opção de defesa, mesmo assim o escocês não descarta a utilização de milícias, não de forma utilitária, e sim como meio de manutenção das virtudes dos cidadãos.

Conclui-se que sobre a inter-relação entre comércio e liberdade, e a defesa ou não das sociedades comerciais, apresenta uma forma mais abrangente, exata e consistente na teoria de Winch, pois esse consegue trazer para sua argumentação as passagens em que Smith elogia as sociedades comerciais sem deixar de lado os problemas, oferecendo possíveis soluções. Inclusive, esse era o papel que Smith concebe como sendo o do filósofo.

5. COMPARAÇÃO DAS INTERPRETAÇÕES DE CROPSEY E WINCH A PARTIR DOS CRITÉRIOS DIACRÔNICOS

Além das críticas de Winch à Cropsey apresentadas no decorrer do artigo, destacam-se as revisões de Knight (1958) e Macfie (1959). Knight (1958) critica a confusão sobre a impossibilidade de virtude moral, afetando a consistência do argumento que é utilizado como evidência de influência do jusnaturalismo e não do humanismo em Smith. Macfie (1959) diz que Cropsey capta o elemento de autopreservação como fim último em Smith, mas deixa de lado muitos outros aspectos da obra (como a própria ideia de melhoria da nossa condição), dando a entender que

²⁷ 14 Cropsey (1957), p.90.

isso é tudo. Cropsey adota uma interpretação determinística e mecânica para descrever a visão de Smith sobre as sociedades comerciais., mas Macfie (1959) argumenta que, o elogio ao modelo dos holandeses e a visão de mundo de harmonia e relatos históricos do progresso, podem ser um exemplo que Smith esperava da sociedade comercial mais do que apenas a mitigação dos males. Cropsey escreveu alguns textos posteriores sobre o assunto (1975 e 1998) e uma nova edição do livro de 1957 saiu em 2001. Mas as ideias iniciais sobre Adam Smith não sofreram muitas modificações e nem respostas foram oferecidas aos seus críticos. O que é marcante é uma alteração do foco de um Smith herdeiro de Hobbes para Locke.

Em termos especulativos, Cropsey foi pioneiro, na linha que insere Smith como liberal, em tratar com cuidado sobre os problemas das sociedades comerciais descritos por Smith. Porém, de forma geral, a leitura de Cropsey sobre Smith permanece em concordância com a interpretação padrão de que ele foi um economista liberal. A interpretação de Cropsey apresenta certa dificuldade em termos de fecundidade por conta dos debates nos últimos anos que questionam o nascimento de uma teoria liberal em Locke, e percebem-na como fruto do século XIX. Já sobre o critério abertura, percebe-se que Cropsey é bastante normativo, apresentando todas as bases de seu pensamento para defender sua tese, o que favorece à crítica. Mas não é possível ver uma tentativa de resposta aos críticos ou de acomodar fatos incômodos, o que dificulta o andamento do debate, elemento importante na teoria de Bevir (2008).

A interpretação de Winch foi alvo de inúmeras apreciações e críticas. Hamowy (1979) diz que, apesar do esforço, Winch não conseguiu convencer que existe em Smith uma política abrangente, principalmente ao ignorar o aspecto econômico e o conceito de ordem espontânea das obras do escocês. Hamowy (1979) e Hollander (1979) não concordam com a visão de Winch de que Smith não esteve empenhado em defender uma sociedade governada pelos mercados, pois é central o tema das leis econômicas na obra do escocês, e a forma como são concebidas influenciou o pensamento liberal de forma substancial. Teichgraeber (1979) diz que Winch consegue nos demonstrar que a política de Smith não era trivial, mas não convence de que essa pode representar um domínio de valor importante e autônomo na vida humana, além de que trata de maneira superficial a TSM. E Kettler (1979) fala o mesmo sobre os fundamentos éticos e filosóficos da jurisprudência natural de Smith, e sua concepção do que constituía sabedoria, ou prudência legislativa. Cropsey (1979) e Cumming (1981) reiteram que o método de Winch, contextualista, foca muito na intenção do autor, sem considerar tanto como as doutrinas foram recebidas e seu desenvolvimento.

Winch responde seus críticos em um artigo de revisão do livro sobre Adam Smith. Primeiro Winch (1991) esclarece que sua intenção não foi categorizar Smith como um republicano em todos os sentidos, mas sim interpretar as opiniões de Smith em um contexto em que essa tradição ainda era relevante. Winch (1991) bloqueia certas críticas provenientes principalmente de economistas que o criticam por não abordar com profundidade esse tema. O autor defende que isso acontece por se tratar das opiniões políticas de Smith e que vão por vezes contrariamente às crenças habituais sobre as ideias de Smith (focada apenas num *homo economicus* e que a economia guia todas as relações, servindo como uma fonte de ataque contra ações estatais). Winch (1991) destaca que a tarefa de unir os ensinamentos econômicos e políticos de Smith é complicada, mas que presume que a compreensão histórica que ele oferece sobre Smith auxilia em uma compreensão interligada das obras de Smith e da visão política e econômica do escocês. Já sobre a superficialidade do tratamento da TSM e da jurisprudência natural, Winch (1991) diz que a base para seu entendimento sobre o tema

é o trabalho de Knud Haakonssen, que aborda a ligação de Smith com a Jurisprudência Natural, tratando dos fundamentos morais e jurisprudenciais. Winch (1991) responde Cropsey (1978) e Cumming (1981) que percebe uma espécie de obrigação de prosseguir os estudos de como as obras dos autores do passado foram recebidas e lidas ao longo do tempo²⁸.

Em termos especulativos, Winch foi um dos primeiros a utilizar os estudos que resgatavam as linguagens de discurso político e os problemas que motivava os intelectuais do iluminismo escocês para interpretar as ideias de Smith, principalmente ao considerar a tradição republicana como pano de fundo e tratar com afincos trechos em que Smith faz tanto elogios como críticas às sociedades comerciais. Percebe-se, que a partir de Winch, outros autores como Haakonssen exploraram temáticas similares e contribuíram, por exemplo, para um melhor entendimento sobre a ciência do legislador e o entrelaçamento da jurisprudência natural e humanismo cívico nas obras do escocês. O andamento do debate sobre a tradição liberal é fruto do século XIX, e a importância da tradição republicana nos tempos de Smith favorece a fecundidade da interpretação de Winch. Percebe-se também que a obra de Winch é bastante aberta, pois apresenta as bases de seu pensamento, delimita melhor o papel da tradição republicana na sua obra sobre Smith e responde cuidadosamente a maioria dos seus críticos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procura compreender qual dos autores, Joseph Cropsey ou Donald Winch, possui a teoria mais convincente sobre as ideias de Adam Smith e a relação delas com as tradições de pensamento político — liberal ou republicana. Ao fazer a comparação entre as teorias rivais, a que interpreta Smith de maneira histórica (Winch), em um contexto republicano, e outra que o insere como um liberal (Cropsey) não se busca encontrar a verdade, mas sim teorizar sobre qual melhor atende aos critérios de Bevir (2008). Com base nas discussões do capítulo anterior percebe-se que a interpretação de Winch consegue abranger mais partes do trabalho de Smith, explicando de forma consistente as críticas e elogios para as sociedades comerciais, com menor número de pontos de exceção, respondendo com mais afincos seus críticos e tendo sua teoria embasada em estudos sobre a relevância da tradição republicana no século XVIII nos últimos anos. A partir das discussões apresentadas nos trabalhos dos intérpretes de Smith, constatou-se que não é possível categorizar o autor escocês como membro de uma tradição específica de pensamento político. Smith possui uma preocupação cívica, mas não absorve todos os elementos da tradição republicana. Porém, em seu tempo a tradição liberal nem sequer estava formulada, além de que possuía divergências até com a tradição da jurisprudência natural — essa possui certas similaridades com a tradição liberal ao centrar sua atenção no indivíduo e nos direitos naturais de cada pessoa.

Por fim, destacam-se algumas reflexões para as ciências econômicas com base no trabalho. A primeira é a escolha do campo da história das ideias como instrumental teórico-metodológico como tentativa de compreensão da natureza e comportamento humano ao longo do tempo, além de captar as diferentes percepções sobre o tema²⁹. O trabalho pode ser considerado um exercício de reflexão no que tange a existência de um

²⁸ Por exemplo em Winch (1983) e Winch (2013).

²⁹ Destacam-se os trabalhos de Claudia Goldin, vencedora do prêmio Nobel de economia em 2023, que se utiliza do instrumental histórico para considerações sobre a disparidade de gênero.

paradigma de uma ciência econômica verdadeira (com uma teoria de equilíbrio espontâneo desde que o Estado e a política se envolvam o mínimo possível, sendo as concepções éticas, sociais e políticas eclipsadas por uma lógica econômica — Adam Smith é frequentemente associado como o grande predecessor desse tal modo de pensar). Ao questionar tal leitura tradicional de Smith, utilizada como defesa do capitalismo liberal abre-se espaço para discussão, exclusão e inclusão de elementos que são considerados verdades absolutas nos modelos de pensamento econômico. Dessa forma, busca-se construir uma forma de pensar Economia de maneira mais ampla e rica, que inclui mais indivíduos que apenas o *homo economicus* e preocupa-se com o bem-estar. Assim como Smith ao enfatizar que “nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis” (Smith, 1996a, p.129).

Destaca-se que Adam Smith é frequentemente visto como figura de autoridade para várias áreas do conhecimento, como economia e ciência política. A forma mais difundida de lê-lo é como um defensor de uma natureza humana apenas auto interessada, no sentido de maximizar ganhos materiais. Com isso, não se concebe a complexidade dos sentimentos humanos descritos por Smith, além de que o autor enxerga a vida em sociedade de forma mais ampla que os laços negativos e utilitários do mercado. Ao desempenhar tal tarefa, pretende-se contribuir para a aproximação da Economia com outros campos das humanidades, como a política, filosofia, sociologia e antropologia, a fim de conseguir uma visão mais abrangente do comportamento humano e oferecer soluções que considerem a existência de todos com igual cuidado. Smith abordou em suas obras temas morais, político e econômicos e pode nos oferecer ensinamentos de como fazer uma ciência econômica que incorpore elementos desses outros “mundos”. Destaca-se que Smith percebeu problemas de caráter cívico advindos desse modo de organização. Sendo assim, pode ser considerado como uma advertência sobre a importância de pensar como economistas em temas como justiça social, liberdade, problemas sociais e não apenas focado no ganho individual. Nesse sentido, invoca-se o aquilo que Brown (2019) chama de o ataque ao social, que pode ser destrutivo, pois embora o mercado, como uma instituição, seja supervalorizado, caso qualquer desordem generalizada ou ruína da sociedade ocorrer, toda sua sustentação pode esvair. Para que esse não seja nosso fim, Smith já nos avisou: é preciso considerar mais do que apenas os laços utilitários de mercado e manter as virtudes morais e intelectuais dos indivíduos. Para isso, não se pode pensar apenas em termos de maximização de utilidade ao trocar bens. É preciso ir além e agregar nas análises considerações sobre política e moral, pois ‘um indivíduo destituído do uso adequado das faculdades intelectuais humanas é, se isso é possível, mais desprezível até mesmo do que um covarde, parecendo mutilado e deformado em um ponto ainda mais essencial do caráter da natureza humana (Smith, 1996b, p.248-249)’.

REFERÊNCIAS

- BAILYN, Bernard. **The ideological origins of the American Revolution**. Harvard University Press, 2017.
- BELL, Duncan. What is liberalism?. **Political theory**, v. 42, n. 6, p. 682-715, 2014.
- BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias**. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru: Edusc, 2008.
- BROWN, Vivienne. 'Mere inventions of the imagination': a survey of recent literature on Adam Smith. **Economics e Philosophy**, v. 13, n. 2, p. 281-312, 1997.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente; tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CAYGILL, Howard. **Art of judgement**. Basil Blackwell, 1989.
- CERQUEIRA, Hugo. Para ler Adam Smith: novas abordagens. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 32, n. 103, p. 181-202, 2005.
- CERQUEIRA, Hugo. Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês. **Economia e sociedade**, v. 15, n. 1, p. 1-28, 2006.
- CROPSEY, Joseph. **Polity and Economy: An interpretation of the principles of Adam Smith**. Netherlands: The Hague Martinus Nijhoff, 1957.
- CROPSEY, Joseph; SMITH, Adam. Political Philosophy'. **Essays on Adam Smith**, p. 132, 1975.
- CROPSEY, Joseph. Books in Review: ADAM SMITH'S POLITICS: AN ESSAY IN HISTORIOGRAPHIC REVISION by Donald Winch. New York and London: Cambridge University Press, 1978. Pp. xi, 206. 22.95hardcover, 6.95 paperback. **Political Theory**, v. 7, n. 3, p. 424-428, 1979.
- CROPSEY, Joseph; STRAUSS, Leo. **Historia de la filosofía política**. Trad. Leticia García Urriza; Diana Luz Sánchez, Juan José Utrilla. México: FCE, 1993.
- CUMMING, Robert D. Giving Back Words; Things, Money, Persons. **Social Research**, p. 227-259, 1981.
- DUNN, John. **The Political Thought of John Locke: An historical account of the argument of the 'Two Treatises of Government'**. Cambridge University Press, 1982.
- EVENSKY, Jerry. The evolution of Adam Smith's views on political economy. **History of political economy**, v. 21, n. 1, p. 123-145, 1989.
- EVENSKY, Jerry. Adam Smith on the human foundation of a successful liberal society. **History of Political Economy**, v. 25, n. 3, p. 395-412, 1993.
- FITZGIBBONS, Athol. **Adam Smith's system of liberty, wealth, and virtue: The moral and political foundations of the wealth of nations**. Oxford University Press, 1995.
- FORBES, Duncan. Sceptical Whiggism, commerce and liberty. **Essays on Adam Smith**, v. 182, p. 1762-63, 1975.

- GIANNETTI DA FONSECA, Eduardo. Comportamento individual: alternativas ao homem econômico. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 20, n. Especial, p. 5-37, 1990.
- GUILLORY, John. **Cultural capital: The problem of literary canon formation**. University of Chicago Press, 1993.
- HAAKONSSSEN, Knud. **The science of a legislator: the natural jurisprudence of David Hume and Adam Smith**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- HAAKONSSSEN, Knud. **Natural law and moral philosophy: from Grotius to the Scottish enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HAAKONSSSEN, Knud. **Adam Smith: The theory of moral sentiments**, 2002.
- HAAKONSSSEN, Knud. **The Cambridge Companion to Adam Smith**. New York: Cambridge University Press, 2006.
- HAMMERSLEY, Rachel. **Republicanism: an introduction**. John Wiley & Sons, 2020.
- HAMOWY, Ronald. Donald Winch. Adam Smith's Politics: An Essay in Historiographic Revision.(Cambridge Studies in the History and Theory of Politics.) New York: Cambridge University Press. 1978. Pp. xi, 206. Cloth 22.95,paper 6.95. 1979.
- HAMOWY, Ronald. **The Scottish enlightenment and the theory of spontaneous order**. Southern Illinois University Press, 1987.
- HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. Tradução de Therezinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.
- HIRSCHMAN, Albert Olist. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HOLLANDER, Samuel. Adam Smith's Politics: An Essay in Historiographic Revision. 1979.
- KETTLER, David. Adam Smith's Politics: An Essay in Historiographic Revision. By Donald Winch.(Cambridge: Cambridge University Press, 1978. Pp. xi+ 206. 6.95, paper.). **American Political Science Review**, v. 73, n. 3, p. 868-869, 1979.
- MACFIE, A. L.; CROPSEY, Joseph. Polity and Economy: An Interpretation of the Principles of Adam Smith. **Philosophical Quarterly**, v. 9, n. 35, 1959.
- MULLER, Jerry Z. **Adam Smith in his time and ours: Designing the decent society**. Princeton University Press, 1995.
- MEEK, Ronald L. **Studies in the labor theory of value**. 2.ed. New York: Monthly Review Press, 1956.
- MINOWITZ, Peter. **Profits, Priests, and Princes: Adam Smith?** Emancipation of Economics from Politics and Religion. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- POCOCK, John Greville Agard. **The Machiavellian moment: Florentine political thought and the Atlantic republican tradition**. Princeton University Press, 2016.
- ROBBINS, Caroline. **The Eighteenth-Century Commonwealthman: Studies in the Transmission, Development and Circumstance of English Liberal Thought from**

the Restoration of Charles II until the War with the Thirteen Colonies. Harvard University Press, 1959.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça.** Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

SHAPIRO, Michel. **Reading 'Adam Smith':** Desire, History and Value. California: Sage Publications, 1993.

SILVA, Ricardo. Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit. **Lua nova: revista de cultura e política**, p. 151-194, 2008.

SILVA, Ricardo. História intelectual e teoria política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, p. 301-318, 2009.

SILVA, Ricardo. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 37-173, 2010.

SKINNER, Quentin. **Visions of politics.** Cambridge University Press, 2002.

KNIGHT, Frank H. *Polity and Economy: An Interpretation of the Views of Adam Smith.* By Joseph Cropsey. (The Hague: Martinus Nijhoff. 1957. Pp. xiii, 101. Guilders 9.50.). **American Political Science Review**, v. 52, n. 4, p. 1137-1139, 1958.

SMITH, Adam. **The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith.** Clarendon Press, 1976-83.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Vol. I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** Vol. II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais.** Tradução de Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TEICHGRAEBER III, Richard. *Adam Smith's Politics: An Essay in Historiographic Revision.* 1979.

TODOROV, Tzvetan. **As Morais da História.** Tradução de Helena Ramos. Sintra: Europa-América, 1992.

WINCH, Donald. **Adam Smith's Politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

WINCH, Donald. Science and the legislator: Adam Smith and after. **The Economic Journal**, v. 93, n. 371, p. 501-520, 1983.

WINCH, Donald M. Adam Smith's Politics Revisited. **Quaderni di storia dell'economia politica**, p. 3-27, 1991.

WINCH, Donald. Adam Smith's theory of economic development: Our problems and his. **Institute of Intellectual History, University of St Anders**, 2013.

